



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS
ADM 2025-2028
CNPJ 18.448.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E LAZER

REFERÊNCIA AO ETP Nº: 02/2026

1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas para prestação de serviços de lavagem de uniforme de futebol, destinados ao atendimento das demandas institucionais dos órgãos e Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo do Município de Comendador Gomes/MG.

1.2. O objeto é classificado como **serviço comum e contínuo**, executado de forma direta, com padrão de qualidade objetivamente definido em especificações usuais de mercado.

1.3. A contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, **podendo ser prorrogada** por iguais e sucessivos períodos, mediante justificativa da Secretaria requisitante e comprovação da vantajosidade, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	QTD	UND	V. Unitário	V. Global
01	Serviço de lavagem de uniformes de futebol, aproximadamente 300 peças, lavadas 2 vezes por semana	12	meses	R\$1.108,59	R\$13.303,08

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$13.303,08 (Treze mil trezentos e três reais e oito centavos)**, como valores globais para a presente contratação.

1.5. O valor informado nesse termo não pode diferir do valor informado no Termo de Abertura do Processo de Licitação.

1.6. Na elaboração da proposta de preço deverão ser observados os preços de referência dos itens constantes deste Termo de Referência, extraídos de pesquisa de preços de mercado (apurados pela Secretaria), não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

1.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado, conforme exigências constantes na lei 14.133/2021.

1.8. Os serviços deverão ser realizados conforme a necessidade e agendamento da Secretaria Municipal, realizados prontamente pelos CREDENCIADOS nos locais, datas e horários definidos, conforme cronograma a ser realizado pela Secretaria Municipal Requisitante.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Comendador Gomes/MG identificou a necessidade de implementar e fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento local, com foco na contratação de um serviço para a lavagem de uniformes de futebol é de suma importância para garantir a higiene, a conservação e a durabilidade das vestimentas utilizadas pelos jogadores, além de atender a questões de saúde e bem-estar. O uso constante e intenso dos uniformes, somado à exposição a suor, poeira, lama e outros elementos durante os jogos e treinos, exige uma limpeza profissional e periódica, que garanta a eficácia da higienização e a preservação dos materiais..

2.2. Para viabilizar a execução dessas atividades, será necessário contratar pessoa física na referida modalidades, os quais ficarão responsáveis pelas lavagens de forma contínua, conforme diretrizes estabelecidas pela Administração Pública. A escolha pela modalidade de credenciamento, conforme disposto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, se justifica pela natureza do serviço e pela necessidade de contratação de múltiplos prestadores de serviços, sem exclusividade, garantindo ampla concorrência, economicidade, flexibilidade operacional e adequada cobertura territorial, considerando a disponibilidade de espaços e horários diversos.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

2.3. A estruturação do credenciamento permitirá à Administração formar um cadastro de pessoa física previamente habilitados, que serão convocados conforme a demanda dos uniformes a serem lavados. Tal solução assegura a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, eficiência e vantajosidade, ao mesmo tempo em que valoriza os recursos humanos locais, fomenta o desenvolvimento regional e promove maior qualidade na prestação dos serviços. Ressalta-se que o modelo de credenciamento também amplia as oportunidades de participação de pessoa qualificadas, promovendo um ambiente de melhoria contínua e inovação na execução dos serviços.

2.4. Dessa forma, o credenciamento de pessoa física para lavagem de uniforme de futebol configura-se como a medida mais eficiente e adequada para garantir a implementação efetiva das lavagens necessárias. A contratação visa atender aos objetivos do Plano Municipal de Políticas Públicas, contribuindo de maneira concreta para a melhoria da qualidade de vida dos jogadores, do Município de Comendador Gomes/MG.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução para a contratação de pessoa física para lavagem de uniformes de futebol deve ser focada na qualidade, eficiência e cuidado tanto com os materiais dos uniformes quanto com a higiene adequada. Ela envolve a adoção de práticas específicas para garantir que o processo de lavagem seja eficaz, preservando as características dos uniformes e atendendo aos padrões de higiene exigidos pelo esporte.

3.2. A pessoa física deve usar detergentes e produtos de limpeza adequados para tecidos técnicos, como poliéster e elastano, materiais comuns nos uniformes de futebol. Estes produtos devem ser eficazes na remoção de sujeira e odores, mas ao mesmo tempo suaves para não prejudicar as fibras e as cores.

3.3. A pessoa física deve ser treinado para garantir que a lavagem não danifique os elementos técnicos do uniforme, como os logotipos, nomes dos jogadores e estampas. O uso de técnicas de lavagem a frio ou em ciclos delicados, quando necessário, pode ser adotado para preservar a elasticidade, resistência e integridade dos materiais.

3.4. Cuidados com a Durabilidade: Garantir que o uniforme mantenha a sua durabilidade ao longo do tempo, evitando o desbotamento das cores e o desgaste das fibras, um fator essencial em uniformes de alto desempenho.

3.5. Além da remoção de sujeiras visíveis, a solução deve assegurar a desinfecção completa dos uniformes, eliminando qualquer resíduo de suor, bactérias ou fungos, prevenindo problemas de saúde para os jogadores e mantendo a integridade do material.

3.6. O processo de lavagem deve ser eficiente na eliminação de odores de suor, que podem ser persistentes em tecidos esportivos. Isso contribui para a sensação de conforto e bem-estar dos jogadores.

3.7. Para atender às demandas frequentes de jogos e treinos, a solução deve incluir um sistema eficiente de logística, com controle de entrada e saída dos uniformes, garantindo que os uniformes sejam lavados e entregues de forma rápida e dentro do prazo.

3.8. A pessoa física pode adotar práticas de lavagem ecologicamente corretas, como o uso de detergentes biodegradáveis e métodos de secagem que minimizem o consumo de energia, além de otimizar o uso da água.

3.9. A pessoa física responsável pela lavagem dos uniformes deve ser treinado para entender as necessidades específicas do material e das características dos uniformes de futebol. O conhecimento sobre as melhores práticas de cuidados com os tecidos esportivos e os tipos de sujeira comum em uniformes de futebol é fundamental.

3.10. Em algumas situações, pode ser necessário personalizar o atendimento, como a lavagem de uniformes para atletas com condições especiais ou a necessidade de procedimentos de lavagem diferenciados para uniformes com diferentes tecnologias de tecido.

3.11. O resultado global dessa solução será a entrega de uniformes de futebol que são, ao mesmo tempo, limpos, desinfetados e preservados em suas qualidades originais, proporcionando aos jogadores uma experiência confortável e segura. A agilidade e eficiência do processo também asseguram que os uniformes estejam sempre prontos para os próximos jogos ou treinos, sem comprometer o tempo de preparação da

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



equipe.

3.12. Essa solução combina o conhecimento técnico sobre os uniformes, com práticas de higiene rigorosas e logística eficiente, garantindo a melhor condição para o uso contínuo dos uniformes de futebol.

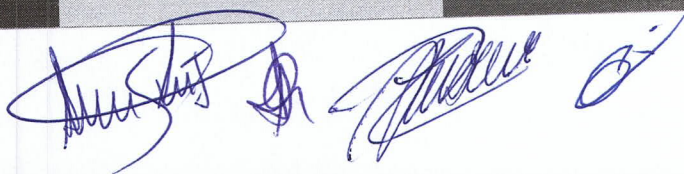
4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 4.1.** receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.2.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.3.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 4.4.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4.5.** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.6.** a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 4.7.** responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 4.8.** notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.9.** Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 5.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 5.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.4.** A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes da realização dos serviços;
- 5.5.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.6.** Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 5.7.** Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas no Edital e seus anexos.
- 5.8.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos serviços contratados.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000





PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

- 5.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.
- 5.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 5.12. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 5.13. Acatar todas as orientações do Município, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.14. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.15. Indicar preposto para representá-la durante a vigência da ata de registro de preço;
- 5.16. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.17. Os serviços a serem solicitados deverão ser realizados conforme cronograma de uso de uniformes emitidos pela secretaria requisitante,
- 5.18. A contratada deve realizar a lavagem dos uniformes de futebol de acordo com os padrões, utilizando técnicas, equipamentos e produtos adequados para preservar a qualidade do tecido e garantir a higienização eficaz.
- 5.19. A contratada deve assegurar que os uniformes sejam higienizados de forma a remover completamente sujeiras, suor, manchas, bactérias e odores. Além disso, é sua responsabilidade realizar a limpeza de acordo com as especificações dos materiais dos uniformes, de modo a preservar sua integridade e funcionalidade.
- 5.20. A contratada deve utilizar os próprios produtos de limpeza e apropriados para cada tipo de tecido, respeitando as normas de segurança e a necessidade de manutenção dos uniformes esportivos. Isso garante a preservação das características dos materiais, como elasticidade, resistência e conforto.
- 5.21. A contratada deve garantir que todos os uniformes entregues para lavagem sejam efetivamente lavados, sem exceção, de acordo com a quantidade e especificações indicadas pela contratante.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. **SUSTENTABILIDADE:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 6.2. **SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do serviço.
- 6.3. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO** Não haverá exigência de garantia contratual para a contratação dos serviços.
- 6.4. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação do contratado com/em outra pessoa física, desde que sejam observados pela nova pessoa física todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do serviço pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. Os serviços de lavagem de uniformes deverão ser executados conforme a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Esportes, respeitando os prazos e condições estabelecidos neste instrumento.
- 7.2. A distribuição dos serviços entre os credenciados observará a ordem cronológica de credenciamento como critério objetivo de alocação, assegurando isonomia e impessoalidade na convocação. Será elaborado

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-57

cronograma de execução pela Secretaria Municipal de Esportes, organizado com base na sequência de cadastramento dos prestadores, de modo a garantir que todos os credenciados sejam convocados de forma equitativa ao longo da vigência do instrumento. Em caso de recusa ou impossibilidade do credenciado convocado, a demanda será repassada ao subsequente na ordem cronológica, sem prejuízo da retomada da sequência regular na convocação seguinte.

7.3. A Secretaria Municipal de Esportes manterá registro atualizado de todas as convocações realizadas, contendo: (i) identificação do credenciado convocado; (ii) data e descrição do serviço demandado (quantitativo de peças, data de coleta e data de devolução); (iii) aceite ou recusa do credenciado; e (iv) atestação da execução. Tal registro será a base documental para as liquidações de despesa, fiscalização contratual e eventuais aplicações de sanções, assegurada a transparência na alocação e a continuidade dos serviços prestados.

7.4. Os prestadores de serviços deverão manter a execução regular das atividades durante toda a vigência do contrato, salvo manifestação de desistência formalizada por escrito junto à Secretaria Municipal de Esportes.

7.5. A desistência deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício formal, de modo a permitir a reorganização das atividades sem prejuízo à continuidade do serviço.

7.6. Os prestadores deverão observar integralmente as orientações, normas técnicas e diretrizes da Secretaria Municipal de Esportes, garantindo a qualidade dos serviços, a segurança no trabalho e a preservação do patrimônio público.

7.7. O pagamento será autorizado somente para os serviços previamente solicitados, devidamente executados e atestados pela Secretaria Municipal de Esportes. O controle das demandas será imprescindível para fins de verificação e validação dos serviços prestados.

7.8. Os prestadores deverão apresentar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, os relatórios mensais contendo os comprovantes das atividades realizadas, conforme cronograma e exigências constantes no Termo de Referência. O pagamento estará condicionado à aprovação dos relatórios e conferência dos serviços executados.

7.9. A execução dos serviços ocorrerá, preferencialmente, na residência do prestador credenciado, salvo orientação diversa da Administração.

7.10. O endereço de execução poderá ser alterado conforme conveniência da Administração Municipal, mediante comunicação prévia.

7.11. Caso os serviços sejam executados em desacordo com as especificações ou orientações, serão recusados mediante emissão de Termo de Recusa. O prestador deverá providenciar a correção no prazo estabelecido, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

7.12. . Caberá exclusivamente à credenciada o fornecimento de todos os meios e recursos necessários à execução dos serviços. À Administração compete apenas a disponibilização de local e a comunicação aos beneficiários sobre horários e datas dos atendimentos.

7.13. Os prestadores são responsáveis pela continuidade dos atendimentos durante a vigência do contrato, sendo necessária comunicação formal de desistência, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Esportes.

7.14. A execução dos serviços deverá atender às diretrizes e exigências estabelecidas pela Secretaria, com vistas a assegurar o atendimento adequado aos beneficiários e a eficiência dos serviços prestados.

7.15. Os serviços serão prestados 2 (duas) vezes por semana, com utilização dos próprios produtos do prestador, considerando uma média de 50 (cinquenta) coletes por dia, em dias de treino (segunda a sexta), totalizando aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) coletes por semana. Em dias de campeonato, estima-se uma média de 25 (vinte e cinco) conjuntos completos por jogo, com previsão de 2 (dois) jogos semanais, totalizando 50 (cinquenta) conjuntos completos por semana.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

8. GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da interessada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar a pessoa física para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6.** O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, na valoração e gestão nos termos do contrato.
- 8.8.** Para esta contratação a gestão será exercida por Iza Santos Tavares para exercer a função de Gestor de Contrato, sob a Lei Federal nº 14.133/2021 no decreto nº 1563/2024.
- 8.9.** Para esta contratação a fiscalização será exercida por Bruno Martins Assunção para exercer a função de Fiscal de Contrato, sob a Lei Federal nº 14.133/2021 no decreto nº 1563/2024.

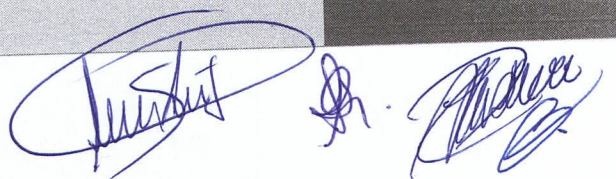
9. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Do Recebimento

- 9.1.1.** Os serviços de lavagem de uniformes serão atestados, de forma preliminar, pelo **responsável** designado pela Secretaria Municipal de Esportes, para fins de verificação posterior da conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência e nas condições pactuadas com o credenciado.
- 9.1.2.** Para esta contratação, cujo valor se enquadra no limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo dos serviços será de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da documentação fiscal e dos relatórios mensais.
- 9.1.3.** O referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado por igual período, mediante justificativa formal da Administração, caso haja necessidade de diligências para comprovação da correta execução dos serviços.
- 9.1.4.** Em caso de controvérsias quanto à quantidade, qualidade ou frequência dos serviços realizados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração comunicar à contratada para emissão de Nota Fiscal correspondente à parte incontroversa dos serviços executados, viabilizando a liquidação e o pagamento proporcional.
- 9.1.5.** O prazo para correção de falhas na execução dos serviços ou para o saneamento de eventuais inconsistências na Nota Fiscal ou documento equivalente não será computado para fins de contagem do prazo de recebimento definitivo.
- 9.1.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exime o prestador da responsabilidade civil e ética pela qualidade, segurança e regularidade dos serviços de lavagem, conforme as condições pactuadas.

9.2. Do Reajuste e do Reequilíbrio

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



9.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta, podendo ser reajustada a partir disto com base na aplicação do Índice Nacional de Preços Ao Consumidor – INPC.

9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 117/2024.

9.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

9.4. Prazo de pagamento e forma de pagamento

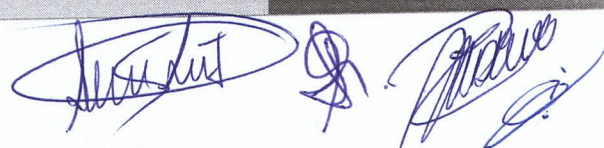
9.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 117, de 2024.

9.4.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000





CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS
ADM 2025-2028
CNPJ 18.448.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O interessado será selecionado por meio de procedimento de CREDENCIAMENTO, na forma do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1541/2023. O credenciamento é o instrumento adequado quando a Administração puder ou tiver interesse em contratar todos os que satisfaçam os requisitos de habilitação, sem caráter de exclusividade, com preço previamente fixado. No presente caso, a natureza do serviço — lavagem de uniformes de futebol, executada de forma contínua, em local de conveniência do prestador e sem complexidade técnica que justifique exclusividade — é plenamente compatível com o modelo de credenciamento. Não há seleção por menor preço, pois o valor da contratação é fixado pela Administração (R\$1.108,59 mensais por credenciado ativo), com base em pesquisa de preços de mercado, assegurada isonomia entre todos os habilitados. Todos os interessados que atenderem aos requisitos de habilitação poderão ser credenciados e convocados conforme a demanda e o critério de distribuição previsto na seção de Execução do Objeto.

10.2. O processo de credenciamento será permanentemente aberto, podendo novos interessados requerer o credenciamento a qualquer tempo durante a vigência do processo, mediante apresentação dos documentos previstos neste tópico, em nome do requerente, em envelope opaco, lacrado e inviolado, contendo em sua parte externa as informações de **Nº DO PROCESSO LICITATÓRIO E CREDENCIAMENTO; CPF, ENDEREÇO.**

10.3. A INTERESSADA DEVERÁ APRESENTAR PROPOSTA (NOS VALORES JÁ DEFINIDOS) compatível com as exigências legais para contratação do objeto desta demanda, quais sejam:

10.2.1. PROPOSTA, contendo as descrições e valores já fixadas neste Termo, com a qualificação completa de seu representante legal e devidamente assinada.

10.4. A INTERESSADA DEVERÁ APRESENTAR HABILITAÇÃO, quais sejam:

10.4.1. Apresentação de Requisitos de HABILITAÇÃO, para PESSOA FÍSICA, quais sejam:

- a) CPF;
- b) RG;
- c) COMPROVANTE DE ENDEREÇO;
- d) TÍTULO DE ELEITOR;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes das contratações do objeto desta licitação serão informadas a seguir: **Cod. Red. 02.01.15.01.27.812.0002.29.2.165.3.3.90.36.00.00 – FC 723 – Ficha 1500.**

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

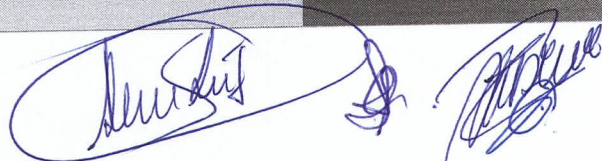
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o credenciado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de apresentar a documentação de habilitação exigida no edital de credenciamento ou não entregar documento solicitado pela Administração durante o processo;

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

- 12.1.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa para fins de credenciamento ou habilitação;
- 12.1.3.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, após regularmente convocado;
- 12.1.4.** Não iniciar a execução dos serviços no prazo fixado, salvo por fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;
- 12.1.5.** Executar os serviços em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;
- 12.1.6.** Fraudar o processo de credenciamento ou a execução contratual;
- 12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:
(a) induzir deliberadamente a erro a Administração; (b) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento; (c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 12.2.** A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal (art. 156 da Lei nº 14.133/2021):
- 12.2.1.** advertência; **12.2.2.** multa; **12.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e **12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3.** Na dosimetria das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos causados à Administração Pública; e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade (art. 156, §1º, Lei nº 14.133/2021).
- 12.4.** A multa incidirá no percentual de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato, devendo ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias úteis da comunicação oficial, facultada defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis da intimação.
- 12.5.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas infrações dos itens 12.1.1 a 12.1.5, quando não se justificar penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos no âmbito da Administração do ente federativo (art. 156, §4º, Lei nº 14.133/2021).
- 12.6.** A declaração de inidoneidade será aplicada nas infrações dos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.6 e 12.1.7, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.7.** A apuração das sanções de impedimento e inidoneidade exigirá instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, com prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.
- 12.8.** Das sanções de advertência, multa e impedimento caberá recurso em 15 (quinze) dias úteis da intimação; da declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração no mesmo prazo, ambos com efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).
- 12.9.** A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000





CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE **COMENDADOR GOMES**

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

15. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

15.1. Integra esta demanda formalizada por meio do Termo de Referência a Secretaria Municipal de Esportes de Comendador Gomes – MG.

Comendador Gomes/MG, 26 de Maio de 2026

Camilla Silva Teixeira

Encarregada de Coordenação Municipal de Administração

Flavia de Souza Santeze

Encarregada do Controle Interno

Marciane Silva de Castro

Assistente Administrativa

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

1



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO REFERENTE AO ETP Nº 02/2026

OBJETO: Contratação de pessoa física para lavagem de uniformes de futebol, por meio do método auxiliar de Credenciamento.

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, **APROVO** o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital a ser elaborado pelo setor de licitações.

Comendador Gomes/MG, 26 de maio de 2026

Selma Aparecida da Silva Novato Coelho
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

OBJETO: Contratação de pessoa física para lavagem de uniformes de futebol, por meio do método auxiliar de Credenciamento.

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, **APROVO** o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital a ser elaborado pelo setor de licitações.

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000